

Oportunidades e desafios da Lei N° 13.415/2017 para o ensino médio no Brasil: um estudo qualitativo

Raimundo Cazuzza da Silva Neto
(SEDUC - MA)

Rafael Martins Sais
(Universidade Federal do Pampa)

Welton Falcão de Araujo
(Universidad Autónoma de Asunción - UAA)

Fátima Stela Bezerra Viana Barbosa
(Unidade Regional de Educação - URE/CODÓ)

Christian Ricardo Silva Passos
(Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Da Bahia Ifba - Campus Ilhéus)

José Leonardo Diniz de Melo Santos
(Universidade Federal Rural de Pernambuco, Fundação Joaquim Nabuco)

Aline Dayane Vieira Amantéa.
(Estácio de Sá)

Gabriela de Azevedo
(Faculdade UNIBF)

Afonso Henrique Souza de Assis
(Must University)

Francisco Eric Vale de Sousa
(Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco)

Eliana Cerqueira de Oliveira
(Universidade Interamericana)

Resumo:

O presente estudo teve como objetivo analisar as oportunidades e desafios da Lei N° 13.415/2017 para o ensino médio no Brasil. Para o alcance deste objetivo, realizou-se uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa com uma amostra composta por quinze professores de uma escola pública brasileira. A coleta de dados envolveu a aplicação de entrevistas em profundidade e observações participantes. Os dados foram analisados por meio da técnica da análise do discurso, englobando a captação do conteúdo das mensagens transmitidas pelos respondentes. Como resultado, os educadores percebem oportunidades e desafios em torno do novo ensino médio. Os docentes enxergam positivamente a capacidade de aprimoramento em áreas específicas e a personalização do currículo, destacando a adaptação às competências prévias dos alunos como estratégia eficaz. A ênfase na preparação para o mercado de trabalho é vista como uma chance crucial, integrando conhecimentos teóricos e práticos. Contudo, desafios significativos surgem na implementação efetiva das mudanças, evidenciando preocupações com infraestrutura, formação docente e equidade no acesso às oportunidades. A formação crítica e cívica também é vista como desafiadora. A visão crítica de alguns professores destaca o debate sobre os objetivos do novo modelo, indicando divergências nas percepções, pois vêem o novo ensino médio como uma

instrumentalização da educação inerente à lógica capitalista, cujo principal intuito é formar mão-de-obra sem consciência crítica para o mercado de trabalho. A pesquisa destaca a complexidade do cenário educacional, enfatizando a necessidade de um diálogo aberto sobre valores éticos e cívicos na formulação de estratégias educacionais eficazes.

Palavras-chave: *Novo Ensino Médio; Educação; Lei Nº 13.415/2017; Educação; Aprendizagem.*

Date of Submission: 27-01-2024

Date of Acceptance: 07-02-2024

I. Introdução

O ensino médio no Brasil possui uma trajetória complexa e marcada por transformações ao longo das décadas. Inicialmente denominado como "ginásio" e destinado a uma parcela restrita da população, o ensino médio começou a se expandir durante o governo de Getúlio Vargas, na década de 1930, com a criação do ensino secundário obrigatório. A década de 1960 foi marcada pela expansão do sistema educacional e pela implementação das reformas propostas pelo governo militar, que visavam a modernização e o alinhamento ideológico. Nesse período, o ensino médio se consolidou como uma etapa fundamental da educação básica (MESQUITA; LELIS, 2015).

Desde então, o ensino médio tem enfrentado desafios relacionados à qualidade do ensino, evasão escolar e falta de estrutura adequada. A crescente demanda por uma formação mais conectada com as demandas do mercado de trabalho e a busca por uma educação mais flexível e inclusiva impulsionaram discussões sobre a necessidade de reformas. No cenário educacional contemporâneo, as dificuldades persistem, especialmente em regiões mais vulneráveis economicamente, onde a oferta de recursos educacionais muitas vezes é escassa, impactando diretamente o acesso e a qualidade do ensino médio (ALVES; SILVA; JUCÁ, 2022).

Recentemente, no ano de 2017, foi promulgada a Lei Nº 13.415/2017, conhecida como a Lei da Reforma do Ensino Médio, que buscou introduzir um novo modelo para essa etapa educacional em âmbito nacional. Essa legislação propôs mudanças significativas, como a flexibilização curricular, a ampliação da carga horária e a implementação do sistema de itinerários formativos, permitindo que os alunos escolhessem parte do conteúdo a ser estudado de acordo com suas aptidões e interesses. A intenção era modernizar o ensino médio e torná-lo mais alinhado às demandas contemporâneas, estimulando uma formação integral e preparando os estudantes para a continuidade dos estudos ou para ingressarem no mercado de trabalho.

Entretanto, a implementação dessa reforma enfrentou desafios, incluindo resistência de alguns setores da sociedade e a necessidade de adequação por parte das instituições de ensino (ERRAM; CZERNISZ, 2018). Autores como Silveira, Ramos e Vianna (2018) enfatizam que o novo ensino médio, embora represente uma tentativa de modernização, precisa ser acompanhado de investimentos robustos em infraestrutura, formação de professores e desenvolvimento de materiais didáticos atualizados. A resistência de alguns setores da sociedade está, em parte, relacionada às mudanças estruturais propostas, como a flexibilização curricular, que gerou preocupações sobre a qualidade da formação dos estudantes e a equidade no acesso às diferentes modalidades de ensino oferecidas.

Diante deste contexto, o objetivo deste estudo foi analisar as oportunidades e os desafios do novo ensino médio. O estudo foi delimitado às percepções dos professores de uma escola pública do município brasileiro, a fim de captar de maneira mais específica os impactos da reforma no ambiente educacional local. Os professores desempenham um papel crucial na implementação das mudanças propostas pela Lei da Reforma do Ensino Médio, sendo responsáveis por adaptar suas práticas pedagógicas, desenvolver novos currículos e auxiliar os alunos na escolha de itinerários formativos. Ao focar nas percepções desses profissionais, buscou-se compreender como eles interpretam as oportunidades oferecidas pela reforma, bem como os desafios que enfrentam em sua prática diária.

II. Materiais e métodos

Este estudo caracterizou-se como uma pesquisa do tipo exploratória, posto que o intuito principal foi investigar e compreender as percepções de quinze professores de uma escola pública brasileira em relação às oportunidades e desafios da Lei Nº 13.415/2017 para o ensino médio no Brasil. Conforme aponta Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa exploratória proporciona uma análise inicial e mais ampla de um fenômeno ainda pouco estudado, permitindo a identificação de variáveis relevantes e a elaboração de hipóteses para estudos futuros.

Quanto à abordagem, este estudo foi configurado como qualitativo, que é um tipo de abordagem de pesquisa que se destaca pela busca de compreensão profunda e contextualizada de fenômenos complexos. Tal abordagem prioriza as significações e percepções dos sujeitos, o que permitiu uma compreensão das experiências dos quinze professores de uma escola pública brasileira em relação às oportunidades e desafios do novo ensino médio.

Segundo Godoy (1995), a abordagem qualitativa possui a característica de explorar contextos complexos e subjetivos, privilegiando a compreensão acerca de determinado fenômeno. Por causa dessa ênfase na profundidade, a entrevista em pesquisa qualitativa torna-se uma ferramenta a ser utilizada nas coletas de dados. Ao permitir a interação direta entre o pesquisador e os participantes, a entrevista possibilita a coleta de dados ricos em detalhes e nuances, elucidando as percepções, experiências e significados atribuídos pelos sujeitos ao fenômeno em estudo

Assim, foram aplicadas entrevistas em profundidade com os professores. A entrevista é um tipo de pesquisa que se destaca por sua capacidade de proporcionar um entendimento aprofundado das experiências e percepções dos participantes. Por meio de questões abertas e interativas, os professores puderam expressar suas opiniões de maneira mais ampla, possibilitando a exploração detalhada de nuances, contextos e significados subjacentes às suas experiências no contexto da reforma do ensino médio.

A pesquisa buscou não quantificar, mas qualificar as percepções dos professores. Vale ressaltar que as entrevistas foram gravadas, com o intuito de preservar integralmente as respostas dadas pelos participantes e, conseqüentemente, proporcionar uma melhor análise durante o processo de interpretação. Os professores foram informados a respeito da gravação, garantindo transparência e consentimento, o que contribui para a ética e integridade da pesquisa.

Além das entrevistas, foram feitas observações participantes como parte integrante da metodologia deste estudo. Esse método envolveu a presença ativa no ambiente escolar, permitindo uma imersão direta nas práticas educacionais cotidianas e interações em sala de aula diretamente com os docentes. As observações participantes complementaram as entrevistas, fornecendo uma perspectiva contextualizada das dinâmicas presentes no contexto da escola pública em estudo.

Após a coleta de dados, os dados foram analisados por meio da análise do discurso, uma abordagem metodológica que visa desvelar os significados subjacentes nas falas dos professores (SILVA; ARAUJO, 2017). Essa técnica interpretativa permitiu uma investigação aprofundada das narrativas, identificando padrões, temas recorrentes e nuances presentes nas percepções dos educadores sobre as oportunidades e desafios do novo ensino médio.

III. Resultados e discussões

Como resultado, foi possível constatar as percepções dos professores sobre as possibilidades e os desafios da Lei Nº 13.415/2017 para o ensino médio no Brasil. Inicialmente, indagou-se sobre a percepção em torno das possibilidades, onde foi possível constatar que a principal possibilidade citada foi a capacidade de aperfeiçoamento em áreas específicas em que os alunos já possuíam conhecimento prévio. Os professores destacaram a oportunidade de personalização do currículo, permitindo uma abordagem mais direcionada às aptidões individuais dos estudantes.

Conforme ressaltado pelo respondente E9, “a nova reforma do ensino médio pode oferecer uma grande possibilidade de aperfeiçoamento. Meus alunos demonstram conhecimentos prévios em ciências, e a personalização do currículo permite explorar essas habilidades de maneira mais aprofundada”. O respondente E7 enfatizou que “a maior vantagem está na customização do ensino. Os estudantes já chegam com conhecimentos sólidos em matemática, e a flexibilidade curricular me permite ajustar o foco para desenvolver essas habilidades.”

Com base nos relatos, observa-se a capacidade de aprimoramento em áreas específicas, nas quais os alunos já possuem conhecimento prévio, é destacada como uma oportunidade significativa. A personalização do currículo emerge como um ponto crucial, permitindo uma abordagem mais direcionada às aptidões individuais dos estudantes. Os professores expressam a percepção de que a reforma do ensino médio oferece uma oportunidade de aperfeiçoamento.

Nesse sentido, a personalização do currículo possibilita explorar de maneira mais aprofundada as habilidades já demonstradas pelos alunos, sendo um aspecto positivo da legislação. Da mesma forma, o respondente verifica-se uma vantagem encontrada na customização do ensino, onde a flexibilidade curricular permite ajustar o foco para desenvolver habilidades sólidas que os estudantes já possuem.

A possibilidade de adaptação curricular com base nas competências e conhecimentos prévios dos alunos é vista como uma forma eficaz de potencializar o aprendizado, aproveitando as aptidões individuais. Essa abordagem personalizada é percebida como uma maneira de engajar os estudantes de maneira mais efetiva, considerando suas fortalezas e áreas de interesse específicas.

Além da capacidade de aprimoramento em áreas específicas e da oportunidade de personalização do currículo, os docentes destacaram uma outra possibilidade proporcionada pela Lei Nº 13.415/2017 para o ensino médio no Brasil: a ênfase de que o novo ensino médio irá preparar melhor o aluno para o mercado de trabalho.

Como enfatizado pelo respondente E13, “a reforma do ensino médio abre portas para uma conexão mais estreita entre a educação e as demandas do mercado de trabalho. Ao permitir uma maior flexibilidade no currículo, podemos incorporar habilidades práticas e conteúdos alinhados às exigências do mundo profissional”. Sob a

mesma óptica, o entrevistado E2 mencionou que “a reforma do ensino médio proporciona uma abertura para sintonizar a educação com as necessidades do mercado de trabalho”.

Os professores, nesse contexto, enfatizam a importância da adaptação do currículo para incluir competências e conhecimentos que estejam em sintonia com as exigências do mundo profissional. A possibilidade de incorporar habilidades práticas durante o ensino médio é percebida como uma estratégia valiosa para garantir que os alunos estejam mais aptos a enfrentar os desafios e as expectativas do mercado de trabalho ao concluírem a educação básica.

Dessa forma, a legislação oferece a oportunidade de integrar de maneira mais eficaz os conhecimentos teóricos com as habilidades práticas necessárias para a inserção bem-sucedida no mercado de trabalho. A possibilidade de adaptar o currículo para incluir atividades voltadas para a formação técnica e prática é ressaltada como uma estratégia para melhor preparar os alunos para os desafios profissionais que enfrentarão após a conclusão do ensino médio.

Assim, além de focar no desenvolvimento individualizado e na inovação pedagógica, os professores veem na reforma do ensino médio uma oportunidade de promover uma transição mais fluida dos estudantes para o mercado de trabalho, dotando-os não apenas de conhecimento teórico, mas também das competências práticas necessárias para enfrentar os desafios da vida profissional.

Porém, apesar destas possibilidades, os docentes acreditam que o novo ensino médio irá propiciar mais desafios do que oportunidades. Isto porque, os professores acreditam que o principal desafio reside na implementação efetiva das mudanças propostas pela legislação. O respondente E5 ressalta: “embora as intenções da reforma sejam positivas, enfrentamos desafios significativos na execução prática das propostas. A adaptação curricular e a introdução de novas abordagens demandam tempo, recursos e capacitação adequada, o que nem sempre está disponível”.

Os professores expressam preocupações sobre a infraestrutura, formação docente e recursos necessários para efetivar as mudanças previstas na legislação. A introdução de uma abordagem mais personalizada e prática no ensino demanda investimentos em capacitação dos professores, material didático atualizado e estrutura física adequada para suportar atividades práticas. O desafio de implementar essas mudanças de maneira eficaz, sem comprometer a qualidade do ensino, é percebido como um obstáculo significativo.

Além disso, há preocupações sobre a equidade no acesso às oportunidades proporcionadas pela flexibilidade curricular. O respondente E8 destacou que “a personalização do currículo é positiva, mas precisamos garantir que todos os alunos, independentemente de sua origem, tenham acesso igualitário a essas oportunidades. Isso exige um esforço adicional na gestão e distribuição de recursos”.

Verifica-se uma preocupação entre os professores sobre a equidade no acesso às oportunidades decorrentes da flexibilidade curricular na reforma do ensino médio. O foco na personalização do currículo é reconhecido como positivo, destacando a capacidade de atender às necessidades individuais dos alunos. No entanto, a ênfase recai sobre a importância de garantir que todos os estudantes, independentemente de sua origem socioeconômica, tenham acesso igualitário a essas oportunidades.

A preocupação com a equidade ressalta a sensibilidade para a possível criação de disparidades entre os alunos, caso não seja implementada uma gestão cuidadosa e uma distribuição justa de recursos. Essa análise evidencia a percepção de que, se não houver um esforço deliberado para mitigar desigualdades, a flexibilidade curricular pode beneficiar alguns alunos em detrimento de outros.

Ressalta-se, ainda, que os professores também citaram como desafio a ausência de uma formação crítica e cívica entre os alunos, no contexto da reforma do ensino médio. A preocupação com a falta de uma educação que promova o pensamento crítico e a participação cívica é destacada como um obstáculo relevante no processo de implementação das mudanças propostas pela Lei Nº 13.415/2017.

O respondente E15 ressaltou a importância de cultivar uma formação crítica entre os estudantes. Este destaca que, “além da distribuição justa de recursos, enfrentamos o desafio de garantir que os alunos desenvolvam uma compreensão crítica e cívica do conhecimento. A personalização do currículo deve incluir também a promoção de valores cívicos e habilidades analíticas.”

Essa preocupação aponta para a necessidade de ir além do desenvolvimento de habilidades técnicas e acadêmicas, enfatizando a importância de cultivar cidadãos ativos, capazes de analisar criticamente informações, participar do debate público e contribuir para a sociedade de maneira informada e responsável.

Dessa forma, a análise adicional ressalta que a formação crítica e cívica emerge como um componente crucial, sendo percebida pelos professores como um desafio a ser enfrentado durante a implementação da reforma do ensino médio. Isso destaca a importância de considerar não apenas as dimensões acadêmicas, mas também as dimensões éticas e cívicas na formulação de estratégias educacionais eficazes e abrangentes.

Os respondentes E1 e E6 trouxeram uma perspectiva crítica em relação ao novo ensino médio, percebendo-o como uma lógica inerente ao sistema capitalista. As observações apontam para uma visão que contrasta com a ideia de formação cidadã integral, sugerindo que o principal propósito do novo modelo não é a

preparação de cidadãos engajados em prol de uma sociedade, mas, ao contrário, a preparação de mão-de-obra para atender às demandas do mercado de trabalho.

Assim, enquanto alguns veem a flexibilidade curricular como uma oportunidade para personalizar a formação dos alunos e prepará-los para demandas específicas do mercado de trabalho, outros, como E1 e E6, expressam preocupações de que essa abordagem possa se traduzir em uma instrumentalização da educação, subordinando-a às necessidades econômicas.

A preocupação expressa por E1 e E6 em relação à instrumentalização da educação destaca um ponto crucial no debate sobre a reforma do ensino médio. A instrumentalização da educação refere-se à transformação do sistema educacional em um meio principalmente voltado para atender às demandas econômicas e às necessidades imediatas do mercado de trabalho, em detrimento de objetivos mais amplos, como o desenvolvimento crítico, cívico e social dos estudantes.

A instrumentalização pode resultar em uma abordagem utilitarista da educação, onde o valor intrínseco do conhecimento é subordinado à sua aplicabilidade imediata no contexto profissional. Isso levanta preocupações sobre a possível redução da educação a um mero processo de treinamento para funções específicas, desconsiderando a formação de cidadãos capazes de pensar criticamente, participar ativamente da sociedade e contribuir para o bem comum.

Ao expressar essa preocupação, E1 e E6 sugerem que a flexibilidade curricular, ao ser direcionada exclusivamente para as necessidades econômicas, pode negligenciar a importância de uma formação abrangente que promova o pensamento crítico, a ética e a cidadania. A instrumentalização da educação pode resultar na formação de uma mão-de-obra altamente especializada, mas tal abordagem pode limitar a capacidade dos alunos de adaptar-se a mudanças, resolver problemas complexos e participar de debates significativos sobre questões sociais.

A análise dessas respostas sugere uma preocupação mais ampla sobre os objetivos e valores subjacentes à reforma do ensino médio. Ao destacar a lógica inerente ao sistema capitalista, os respondentes apontam para uma possível orientação do novo modelo educacional em direção à produção de profissionais especializados, priorizando as necessidades econômicas em detrimento de uma formação mais abrangente.

O fato de um professor ter mencionado que o intuito do novo ensino médio não é a formação de cidadãos formados em prol de uma sociedade indica uma visão crítica quanto à ênfase na formação cidadã e ao papel do indivíduo na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Em vez disso, a percepção sugerida é que o foco estaria mais centrado na preparação dos estudantes para se tornarem mão-de-obra eficiente e produtiva no contexto econômico.

Essa perspectiva ressalta a importância das discussões sobre os objetivos da educação e os valores que orientam as políticas educacionais. A visão crítica dos respondentes destaca a necessidade de considerar não apenas as competências técnicas e profissionais, mas também o desenvolvimento de cidadãos éticos e participativos na construção de uma sociedade mais sustentável e justa. Essa análise amplia o debate sobre a natureza e os propósitos da reforma do ensino médio, indicando divergências nas percepções sobre a sua orientação fundamental.

IV. Conclusão

Diante das análises e reflexões proporcionadas pela pesquisa exploratória de abordagem qualitativa com 15 professores de uma escola pública brasileira sobre as oportunidades e desafios do novo ensino médio, emerge uma compreensão acerca das percepções dos educadores em relação à Lei Nº 13.415/2017.

A pesquisa constatou que os professores enxergam oportunidades na reforma do ensino médio, destacando a capacidade de aprimoramento em áreas específicas e a personalização do currículo como aspectos positivos. A possibilidade de adaptar o ensino às competências prévias dos alunos é vista como uma estratégia eficaz para potencializar o aprendizado, reconhecendo e explorando as habilidades individuais. Além disso, os educadores identificam uma oportunidade crucial na ênfase da reforma em preparar os alunos para o mercado de trabalho. A flexibilidade curricular é percebida como uma via para integrar conhecimentos teóricos e habilidades práticas, proporcionando uma transição mais fluida dos estudantes para a vida profissional.

No entanto, a pesquisa também destaca desafios significativos percebidos pelos professores, com a implementação efetiva das mudanças propostas sendo apontada como um obstáculo central. As preocupações relacionadas à infraestrutura, formação docente e distribuição equitativa de recursos indicam que, apesar das intenções positivas da reforma, a execução prática enfrenta barreiras logísticas e financeiras.

A equidade no acesso às oportunidades oferecidas pela flexibilidade curricular também é uma inquietação presente entre os educadores, ressaltando a importância de uma gestão cuidadosa para evitar disparidades entre os alunos. A formação crítica e cívica, apesar de ser reconhecida como fundamental, é percebida como um desafio no contexto da reforma, evidenciando a necessidade de ampliar o foco além das dimensões acadêmicas.

Ademais, a visão crítica expressa por alguns professores, especialmente em relação à possível instrumentalização da educação em favor das demandas do mercado de trabalho, destaca um debate mais profundo

sobre os objetivos e valores subjacentes à reforma do ensino médio. A preocupação com a transformação da educação em um mero treinamento utilitário levanta questionamentos sobre a natureza da formação proporcionada aos estudantes, indicando divergências nas percepções sobre o propósito fundamental do novo modelo educacional.

Assim, a pesquisa revela que, embora haja reconhecimento das oportunidades oferecidas pela reforma do ensino médio, os desafios enfrentados na sua implementação efetiva e as preocupações sobre a possível instrumentalização da educação destacam a complexidade do cenário educacional atual. A necessidade de um diálogo contínuo e aberto sobre os objetivos da educação e os valores que a orientam torna-se evidente, apontando para a importância de considerar não apenas as dimensões técnicas, mas também as éticas e cívicas na formulação de estratégias educacionais abrangentes e eficazes.

Referências

- [1]. Alves, P. T. A.; Silva, S. A.; Jucá, S. C. S. O Percurso Histórico Do Ensino Médio Brasileiro (1837-2017). Revista Contemporânea De Educação, V. 17, N. 39, Mai/Ago., 2022.
- [2]. Brasil. Lei Nº 13.415, De 16 De Fevereiro De 2017. Altera As Leis N° 9.394, De 20 De Dezembro De 1996, Que Estabelece As Diretrizes E Bases Da Educação Nacional, E 11.494, De 20 De Junho 2007, Que Regulamenta O Fundo De Manutenção E Desenvolvimento Da Educação Básica E De Valorização Dos Profissionais Da Educação, A Consolidação Das Leis Do Trabalho - Clt, Aprovada Pelo Decreto-Lei Nº 5.452, De 1º De Maio De 1943, E O Decreto-Lei Nº 236, De 28 De Fevereiro De 1967; Revoga A Lei Nº 11.161, De 5 De Agosto De 2005; E Institui A Política De Fomento À Implementação De Escolas De Ensino Médio Em Tempo Integral. 2017. Disponível: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso Em 20/11/23.
- [3]. Erram, C. A.; Czernisz, E. C. S. Reformar O Ensino Médio? Impasses E Desafios Presentes Na Proposta Da Lei Nº 13.415/2017. Nuances: Estudos Sobre Educação, Presidente Prudente, V. 29, N. 3, 2018.
- [4]. Godoy, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. Revista De Administração De Empresas, São Paulo, V. 35, N. 3, P. 20-29, 1995.
- [5]. Lakatos, E. M.; Marconi M. A. Fundamentos De Metodologia Científica. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- [6]. Mesquita, S. S. A.; Lelis, I. A. O. M. Cenários Do Ensino Médio No Brasil. Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ., Rio De Janeiro, V.23, N. 89, P. 821-842, Out./Dez. 2015.
- [7]. Silva, J. C.; Araújo, A. D. A Metodologia De Pesquisa Em Análise Do Discurso. Grau Zero – Revista De Crítica Cultural, Alagoinhas-Ba: Fábrica De Letras - Uneb, V. 5, N. 1, P. 17-31, 2017.
- [8]. Silveira, E. S.; Ramos, N. V.; Vianna, R. B. O “Novo” Ensino Médio: Apontamentos Sobre A Retórica Da Reforma, Juventudes E O Reforço Da Dualidade Estrutural. Revista Pedagógica, V. 20, N. 43, Jan./Abr., 2018.